



Anais da Assembléia

N.º 143

Curitiba, segunda-feira, em 07/11/77

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 219ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 1977

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jorge Sato, Jayme Rodrigues Carvalho, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 328/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 53/77, ex-Proposição no. 257/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de QUINTA DO SOL, objetivando reparos nos prédios do Grupo Escolar de "Quinta do Sol" e do Ginásio Estadual São Judas Tadeu. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 08, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 328/77.

Levanta-se a Sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 220ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 1977

Presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Valter Pietrângelo.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto

Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Erondy Silvério) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os nos. 183/184 e 195/77, do Sr. Governador do Estado comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

40/77: Do Sr. Deputado Alfredo Gulin, que autoriza o Poder Executivo doar a "Santa Casa de Misericórdia de Imbituva" o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o no. 6935. — AGRADEÇA-SE.

39/77: Do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a alienar por doação, ao Município de Pato Branco, os imóveis que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 6936. — AGRADEÇA-SE.

27/77: Do Poder Executivo que encaminha anteprojeto de lei que visa transferir ao patrimônio da Empresa Paranaense de Turismo -PARANATUR, os bens que especifica, de propriedade do Estado, o qual convertido em Lei tomou o no. 6937. — AGRADEÇA-SE.

TELEGRAMA:

Nos seguintes termos: AGRADEÇO VOSSÊNCIA VG ILUSTRES PARES ATENÇÕES FORAME DISPENSADAS OCASIÃO II SIMPOSIO DA SOJA PT DEPUTADO ANTONIO ALMENDRA NETO PT PRESIDENTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADO PIAUI — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. ODETE DORNELLAS SARRÃO.

A extinta era esposa do Sr. Antônio Sarrão, ex-Prefeito Municipal de Cruzeiro do Sul, neste Estado, cujos mandatos ocorreram nos períodos 1960/64 e 1972/76.

Requer ainda, que da decisão deste, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1977.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Sr. RUBENS AMAZONAS LIMA, de tradicional família paranaense.

O extinto foi Diretor da "Gazeta do Povo", empresário e também exerceu a presidência do Jôquei Clube do Paraná, cuja gestão foi das mais significativas para o turfe de nosso Estado.

A sua morte abrupta, ontem, em Porto Alegre, onde fora participar de Grande Prêmio do turfe gaúcho, consternou toda a sociedade curitibana que veio a perder um de seus mais ilustres homens.

Pede-se também, que a decisão do Plenário seja comunicada à família, na pessoa da viúva, Sra. Jusil de Plácido e Silva Lima, e do filho, Dr. Oscar Augusto de Plácido e Silva Lima.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, requer após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, de voto de pesar pelo passamento do Sr. HENRIQUE AFFONSO STURM, ocorrido no último dia 04 do corrente.

O desaparecimento não só enlutou sua família e pessoas mais afetas, como também toda a comunidade rondonense, pois era pessoa que gozava de relevante prestígio pela sua atuação na comuna. Foi o primeiro sub-Prefeito do então Distrito de Toledo, e quando da emancipação política de Mal. Cândido Rondon, foi o primeiro funcionário daquela Prefeitura e continuava sendo até então.

Outrossim, requer, que da decisão do Plenário, seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1977.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à equipe liderada pela Missionária Úrsula Wiesenmann, que, trabalhando já quase dez anos entre os Caingangues, apresentou, em significativa solenidade, ontem realizada no Ambulatório Indígena Rio das Cobras, sob o patrocínio da Associação das Igrejas do Cristianismo Decidido, por seu Pastos Presidente Walter Kelm e Missionários Walter Hery e Host Beltzer, o Novo Testamento traduzido na língua da referida tribo, constituída de aproximadamente 1.000 pessoas.

Requer, ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Associação das Igrejas do Cristianismo Decidido, e à Missionária Úrsula Wiesenmann.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Desde que deputado, propus-me a usar desta tribuna com seriedade e com sinceridade. Eis porque venho agora para dizer que, dentro do senso de auto-crítica que qualquer pessoa e principalmente os homens públicos devem ter, sei que sou tido e havido por alguns como excessivamente generoso para com o Governo do Estado, não obstante minha condição

de membro do movimento oposicionista. Sei dessas opiniões, mas mantenho-me consicente de que faço o que julgo ser do meu dever.

Nesta hora, entendo oportuno, ao lado de uma auto-análise, definir-me. Comporto-me como um político que busca, dentro de uma linha de moderação, não praticar uma oposição maldizente e leviana. Mas não faço concessão aos inimigos da justiça e da verdade.

Respeito os governantes para, também sendo respeitado, fazer valer o direito e satisfazer as reivindicações justas dos paranaenses que, em mim confiando, procuram uma mão amiga e um advogado para suas causas.

Acredito que, assim agindo, sirvo melhor ao meu povo, ao meu Estado e ao meu País.

Ocorre que, diante do atual Governo paranaense, atribuem-me tolerância mais acentuada, incompreendida por alguns. Devo por isso dizer que, quis o destino, um amigo pessoal de muitos anos, com quem sempre mantive convivência cordial e respeitosa, viesse a ser o primeiro mandatário do meu Estado, eleito por partido diferente do meu. E não seria legal e nem decente que, por essa razão, transformasse o alinhamento partidário em desencontro pessoal.

Daí porque tenho recebido do Sr. Jayme Canet Júnior, como Governador, provas de correspondência do sentimento que, como amigo, sempre lhe tributei.

Mas os Anais da Casa registram e os meus nobres Pares são testemunhas de que fui sempre um deputado fiel ao meu partido e ao seu programa. Nunca divergi da orientação do MDB e jamais votei contra as questões fechadas ou contra a orientação da bancada a que pertencço.

Esta sincera auto-análise eu considerei sumamente necessária, como intróito ao apelo que preciso dirigir ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Um apelo que impõe solução inadiável, diante do convencimento geral de que algo precisa e deve ser feito com urgência. Sei que o noticiário dos jornais está a acenar com informações palacianas, antecipando o envio de mensagem governamental a esta Casa, visando reestruturação da Procuradoria Geral do Estado e a concessão de um aumento ao funcionalismo em geral. Ninguém nega que é difícil a situação do funcionário público estadual, cuja remuneração é incondizente com o custo de vida e com as tradições progressistas do Paraná.

Acenos e promessas fluuam, de há muito, no ar, mas os estudos infelizmente, não se concluem. É porisso que apelo a S. Exa., na esperança de ser ouvido, pois, conhecendo Jayme Canet Júnior, como o conheço, repudio as afirmações de, como homem de empresa, ter trazido para o Governo o entendimento de que o empregado deve ser sugado ao último. O Governador do Paraná é humano e sensível. Como tal, sei que receberá o meu apelo, dando-lhe solução urgente. Fala-se em reestruturação. O funcionalismo dos três Poderes a espera com ansiedade. Aqui nesta Casa mesmo, o assunto entre os servidores é a REESTRUTURAÇÃO, como fórmula solucionadora, pois os paliativos não resolvem, e nem satisfazem. Mas aqui também ns estudos e promessas se alongam, no tempo, para desânimo, para desalento e até revolta. Imperativa então, a palavra oficial, para esclarecer, resolver, situar. E é isto que sem demagogia, sem exagero, sem propósito de críticas e sem acusações que ousou pedir ao Governador do meu Estado, com a certeza de que o meu pedido, o meu apelo, é endossado e avalizado por todos os colegas que militam nesta Casa, quer do MDB ou da Arena, por ser justo, humano, necessário e urgente. Com a palavra, pois, S. Exa. o Governador do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Deveria tê-lo feito antes, Sr. Presidente, não o fiz para não interromper a caminhada do

eminente Deputado Nelson Buffara, que já se dirigia para a tribuna, mas o faço agora.

Sr. Presidente. Na última sexta-feira, formulei uma questão de ordem que a Mesa entendeu de não se pronunciar sobre ela, afirmando que só o faria após conhecer informações de órgãos próprios da Assembléia Legislativa. Tratava-se, Sr. Presidente, de eventual resposta a pedido de informações desta Casa ao Sr. Secretário de Finanças.

Continua tendo para mim que até aquela data, ou até agora, estas respostas não vieram para esta Casa. Na sexta-feira, a Mesa não forneceu as informações. Até este momento, a Mesa continua não fornecendo. Eu requeriria de V. Exa., que, definitivamente, informasse se a Casa oficialmente recebeu ou não as informações, para que possamos então definir e atuar sobre a questão de ordem levantada.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Respondendo a questão de ordem do Deputado Enéas Faria, enquanto o segundo orador inscrito fará uso da tribuna, esta Presidência procurará se informar na Assessoria, para ver se já chegou a esta Casa a resposta da Secretaria de Finanças, com referência ao vosso requerimento.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Chega às nossas mãos, nesta tarde, um documento impresso pela Associação Brasileira de Temperança, intitulado "ÁGUA É VIDA".

A leitura do mesmo nos sensibiliza e, acreditamos, aos Deputados que já tiveram oportunidade de proceder análise.

Para que a manifestação fique registrada nos Anais desta Casa, procederemos sua leitura, pois se trata de um verdadeiro clamor apresentado pela referida entidade em nome de centenas e centenas de pessoas. (Lê):

"As autoridades constituídas.

Como é fato bem conhecido, a Organização das Nações Unidas tem declarado que a disponibilidade de água pura será em breve uma das maiores necessidades do homem. Isso ficou bem claro na última Conferência Mundial da Água realizada em Mar del Plata, Argentina, no mês de março de 1977. A escassez de água constitui um dos maiores perigos para a sobrevivência humana, sendo até efeitos mais devastadores que a escassez de combustíveis. Todos concordam em que a humanidade conta com o direito natural de possuir água pura e isenta de toda contaminação.

Essa inquietante previsão deve interessar a todos e de modo especial merecer a atenção daqueles que estão à frente da sociedade e zelam pelo bem-estar de todos os cidadãos. E entre os que mais se preocupam com o problema da escassez de água contam-se os que adoram uma atitude de completa abstinência do uso de álcool. Estes reivindicam o direito de sempre dispor de água pura em restaurantes, nos meios de transportes, que servem bebidas e em suas próprias moradas. Por outro lado, as autoridades mundiais expressam insistentemente preocupação pelo aumento contínuo dos abusos à pessoa humana, incluindo-se os que são induzidos pelo incremento do consumo daquele que é considerado a droga número 1 em todo o mundo: o álcool. A propaganda milionária através de revistas e jornais do rádio, TV e cinema, contribui poderosamente para que o alcoolismo se propague, ganhando a cada dia novos adeptos e acarretando toda uma síndrome angustiante, refletida em criaturas alienadas física, moral e espiritualmente, lares desfeitos, gerações degeneradas e inúmeros outros males. Em face, pois, das tendências aterradoras que se configuram os abstêmios de todo o mundo, se levantam para pedir às autoridades constituídas providências cabíveis a fim de que o respeito ao direito humano de dispor de água suficiente e pura para atender às necessidades orgânicas seja lhes assegurado, bem como para reclamar o direito soberano de estarem protegidos e livres dos efeitos ne-

gativos do consumo de bebidas alcoólicas. Como prova da importância atribuída a tal atitude, a Associação Internacional de Temperança e suas 68 sociedades nacionais entre as quais está representado o Brasil encabeçam um programa original que recebeu o sugestivo nome de Projeto H Dois O - Projeto H₂O), Honrar os direitos originais inalienáveis dos sóbrios de hoje. Com lançamento previsto para o mês de outubro deste ano, o programa tem por fim estimular um clima no qual todos possam desfrutar do legítimo direito da abstinência e estar protegidos dos abusos que podem estar sujeitos pelo crescente aumento do vício do Alcoolismo.

Em síntese, o Projeto H₂O ressalta as seguintes proposições: 1. Que cada sóbrio ou abstêmio tenha o direito de obter água pura.

2. Que em festas e solenidades se estimulem os anfitriões a demonstrarem cortesia para com os abstêmios, providendo-lhe bebidas não alcoólicas nessas ocasiões.

3. Que os viajantes abstêmios tenham o direito a bebidas não alcoólicas em aviões, trens, ônibus, e que não sejam submetidos às consequências que resultem da presença de passageiros ébrios, mediante a existência de áreas separadas, disponíveis para abstêmios e não fumantes, até que se alcance o objetivo final de que em nenhum meio de transporte se utilizem bebidas alcoólicas.

4. Que se proíba a propaganda de bebidas alcoólicas e se imponha, por lei, a impressão de uma advertência sobre os perigos do álcool em todas as garrafas que contenham bebidas alcoólicas.

5. Que se apliquem tarifas reduzidas a todos os abstêmios por parte de todas as companhias de seguros, sobretudo as de veículos, levando-se em conta o menor risco de acidentes destes em comparação com aqueles.

6. Que a única resposta científica ao problema internacional do alcoolismo seja ressaltar a necessidade da prevenção desse vício, sendo isso apresentado à comunidade mediante o slogan "Só a Abstinência Evita o alcoolismo".

7. Que se imponham severas penas sobre qualquer pessoa que sirva bebidas intoxicantes a menores de idade, e que todos órgãos educacionais provejam informações sobre alternativas vantajosas e sobre os bons resultados de um estilo de vida sem o uso de álcool como bebida.

8. Que os bares e estabelecimentos onde sejam servidas disponham de área própria, reservada para tal prática, evitando-se o constrangedor quadro a que tão amiúde jovens e crianças assistem de indivíduos ingerindo grandes doses de bebidas alcoólicas e embriagando-se à vista do público.

9. Que os escolares, a nível primário e médio, tenham a necessária instrução como matéria obrigatória constante dos currículos letivos, sobre os efeitos danosos do álcool e do fumo, sendo isso feito de maneira atrativa e dinâmica, com recursos audiovisuais, exercícios práticos e concursos variados, numa conscientização à juventude dos perigos envolvidos na prática dos vícios a que, quando adultos, serão tentados a aderir.

10. Que órgãos competentes do setor público analisem os ganhos e perdas com o alcoolismo, considerando os ingressos de impostos e taxas providos pela fabricação e comercialização de bebidas em contraste com o elevado ônus econômico e social acarretado pela assistência hospitalar, horas de trabalho perdidas, abandono do lar, morte prematura e inúmeros outros problemas provenientes do consumo de álcool por parte de contingentes cada vez maiores da população.

Conferência anual das Organizações não Governamentais da ONU pelo diretor da Associação Internacional de Temperança, E.H.J. Steed. Após sua exposição perante um grupo de representantes de mais de 1000 organizações mundiais, estes expressaram sua aprovação, aplaudindo vigorosamente o expositor, havendo votos entusiásticos de que o plano tivesse o melhor dos êxitos.

A Organização das Nações Unidas estão dando cada vez maior importância ao problema dos direitos humanos. Em diversos países civilizados têm sido ressaltada a necessidade de respeito cabal aos direitos da pessoa humana. A imprensa constantemente dá importância à conscientização mundial quanto a esses direitos. E por tanto, mormente apropriado para promover a causa antialcoólica com base na oportuna ênfase, aos direitos da criatura humana assegurados na Carta das Nações Unidas Sobre Direitos Humanos de que o Brasil e inúmeras nações são signatários.

Na realidade os direitos dos abstêmios afetam muitos aspectos da vida e estão vinculados a uma série de outros direitos, entre os quais se podem mencionar:

Os direitos dos bebês em gestação.

As últimas eficiências científicas mostram que o álcool exerce danosos efeitos sobre o feto, mesmo consumido em pequenas quantidades. Segundo esses dados, ocorrem tais efeitos mesmo por parte de um pai bebedor (revistas Listen, março de 1977, O Atalaia, maio de 1977).

Os direitos dos maridos e esposas.

Especialmente os direitos das esposas que não bebem e têm que enfrentar as pressões dos esposos bebedores pressões que muitas vezes se transformam em abuso. Também a situação poderia inverter-se, no caso de esposos que possuem esposas alcoólicas.

O direito dos abstêmios de todo o mundo.

Todos os abstêmios do mundo têm direito de desfrutar dos benefícios que oferece a vida, sem ter que se submeterem aos problemas criados pelo alcoolismo. Eles têm o direito de não arcar com os altos custos econômicos ou sociais que produzem o alcoolismo, as enfermidades físicas e mentais, os acidentes e todos aqueles males que sobrevêm à sociedade em razão do consumo de álcool como bebida.

Os direitos das crianças.

É preciso proteger as crianças contra os problemas que o álcool produz pela influência familiar e pela propaganda da televisão, do cinema, do rádio e outros meios de comunicação.

Os direitos dos abstêmios.

Também os sóbrios, sejam jovens, velhos ou adolescentes, desejam ser pessoas sociáveis. Portanto, apela-se aos organizadores de festas e outras reuniões sociais a que manifestem sua cortesia para com os abstêmios, incluindo bebidas não alcoólicas entre as que se ofereçam.

Ao final desta apresentação a Associação de Temperança faz o seguinte apelo:

"Fica pois, registrado este apelo aos homens públicos, professores, pais e tantos quantos se interessam pelo bem-estar da sociedade, para que ouçam o clamor dos abstêmios e a eles se unam num esforço global, honrando os direitos originais e inalienáveis dos sóbrios do ORBE e preservando-lhes os legítimos direitos de desfrutar uma vida isenta dos efeitos danosos do alcoolismo".

Neste instante, Sr. Presidente, queremos dizer da nossa admiração, tanto ao apresentador deste plano, como à organização que no Brasil o tem defendido, pois efetivamente se trata de um modo de garantir à sociedade atual e à futura, condições para terem uma vida melhor e mais harmoniosa, proporcionando condições também para que o Brasil possa alcançar o seu lugar no cenário internacional dos países desenvolvidos.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Queria observar ao Deputado Enéas, que mandei chamar até esta Presidência o Sr. Paulo de Tarso, do Departamento Administrativo desta Casa, para que nos informe com referência ao vosso requerimento. Estou tão somente aguardando a sua presença.

O SR. ENÉAS FARIA — Muito obrigado.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Já foi publicada e está em vigor a Lei no. 6938 — com destacada participação desta Casa — que institui o Fundo Paranaense de Mineração e Cria a Empresa Mineirais do Paraná S/A — MINEROPAR.

Saúdo, com entusiasmo, a instituição desses dois órgãos de fomento à economia mineral do meu Estado.

Representando, entre outras, a região dos minérios, sei quanto a Mineropar e o Fundo de Financiamento ora criados apoiarão o continuado desenvolvimento da exploração dos nossos recursos do subsolo.

Já desde a Independência, que o Patriarca, José Bonifácio de Andrada e Silva, instituiu na importância da valorização do subsolo, em busca de riquezas tão úteis como a agricultura e a indústria. José Bonifácio, cientista laureado nos principais círculos europeus, tinha sido administrador geral das minas do Reino de Portugal. Ele reconhecia ou antevia, profeticamente, a tremenda importância que a exploração mineral teria, na economia dos países.

Hoje, um país sem dotações minerais é um país condenado a dispendir vastíssimas somas na importação de um sem número de artigos vitais ao moderno parque industrial."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à tribuna desta Casa, apenas para tercer alguns comentários sobre um homem que, no anonimato trabalha em prol de nossa terra, em prol de nossa gente, em prol de nossa região no Norte Pioneiro, à frente do 16o. Distrito Rodoviário, com sede em Ibaiti.

Pedimos vênha, Sr. Presidente, para ler o nosso requerimento, que está vazado nos seguintes termos. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de louvor ao Dr. José Ferreira Heidgger, Engenheiro Chefe do 16o. Distrito Rodoviário do Departamento de Estradas de Rodagem, com sede em Ibaiti, pelo eficiente trabalho que vem desempenhando na cobertura das estradas estaduais e pelo atendimento que vem dando às Prefeituras daquela região.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes e à Chefia do 16o. Distrito Rodoviário do DER, com sede em Ibaiti.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1977".

Não pretendemos com isso bajular - como dizem os Srs. Deputados da Oposição - mas apenas fazer justiça a um homem humilde que, na longínqua cidade de Ibaiti é um exemplo de trabalho, de eficiência, de dinamismo, todo ele voltado ao interland de nosso Estado, como com quem muitas vezes divergimos - mas na Chefia do 16o. Distrito Rodoviário tem procurado ter perfeito entrosamento com todos os Prefeitos da região, procurando atendê-los sempre que possível.

Esse engenheiro, filho de Ibaiti, vem aplicando sua inteligência, seu tirocínio administrativo em benefício de nossa gente, de nossa terra.

E era preciso, Sr. Presidente, que também os humildes tivessem a sua vez, como já dizia Moysés Lupion que "até araruta tem seu dia de mingau".

É neste instante, quando apresentamos este requerimento, que pretendemos dar um estímulo aos homens humildes, em especial ao Chefe daquele Distrito, para que continue sua meta, a meta do Governo Jayme Canet: "dar a César o que é de César", e fazer jus ao seu cargo, à sua honra, ao seu tirocínio. Por isso, humildemente, pedimos o apoio de todos os Srs.

Deputados.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. contará com nosso apoio.
O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Erondy Silvério, que foi nosso Líder em outros tempos, que nos orientou, que nos estimulou, para que aqui estivéssemos novamente e pudéssemos dizer "sim" à nossa gente, à nossa terra.

Muito obrigado pelo estímulo, Deputado Erondy Silvério e haveremos ainda de ver V. Exa. na liderança da bancada, se não fôr desta feita, será num futuro bem próximo, para nos orientar e nos dar aquele estímulo necessário para que possamos progredir, não como Pestalozzi, não como Pontes de Miranda, mas apenas como discípulo de V. Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente, desejo agradecer ao nobre Deputado Gabriel Manoel, pelas bondosas referências que fez ao nosso nome, e dizer também a Sua Excelência que, a Liderança da nossa bancada está em excelente mãos, de um Deputado culto, trabalhador, amigo de todos, e, que, realmente, o cargo não mais me seduz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu li pela imprensa, e soube através da Liderança da ARENA e do Governo nesta Casa, de que o Sr. Governador do Estado resolveu retirar, da área de comandos políticos, a indicação dos Delegados de Polícia dos municípios paranaenses.

Uma medida realmente necessária, que há muito tempo se fazia necessária.

Fazia-se necessária, porque, eu acho que nos setores da educação e da segurança pública, a política não deve interferir.

O exemplo mais frisante disto, do que afirmo, é uma carta que me chega às mãos, assinada pelo Secretário da ARENA do Município de Antonina, Sr. Eronaldo Pereira de Deus, onde ele pede o nosso apoio, urgente, para um problema que os moradores de Antonina, a maioria da população da sede do Município de Antonina estão a encaminhar ao Sr. Secretário de Segurança Pública.

Vou ler, Sr. Presidente, este expediente, eis que a sua leitura é, por si só, um documento sobejamente necessário para que todos entendam o porquê da minha concepção de que, em educação e segurança pública não deve haver interferência política.

Os munícipes de Antonina oficiam ao Sr. Secretário de Segurança, mais ou menos nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Secretário.

Infelizmente, no Município de Antonina, os homens da Polícia contrariam os princípios estabelecidos por V. Exa. na brilhante entrevista que concedeu à imprensa escrita e falada da Capital, onde os direitos humanos são relegados a segundo plano, digamos honestamente, não existem para o Sr. Delegado de Polícia do Município de Antonina.

A violência campeia, o tratamento à população é indelicado, palavras de baixo calão, com todo e qualquer cidadão que tenha, por infelicidade, de se apresentar na Delegacia de Polícia, e, com idêntica atuação, sem diferença de sexo.

A irresponsabilidade é assunto pacífico; o "jogo de empurra" como se diz na gíria, é a atuação normal do Delegado de Polícia, e do Cabo, Comandante do Destacamento. Uma dupla verdadeiramente anormal.

Prisões arbitrárias, aplicação de castigos desumanos, maus tratos físicos, invasões de domicílios, propina à larga e abertamente e outros, e mais outros fatos, são rotineiros na nossa Delegacia de Polícia. Ameaças veladas já recebemos, e não nos sentimos com segurança e tranquilidade em transi-

tarmos pelas ruas da cidade.

A permanência desta nefasta dupla, contraria frontalmente os nobres princípios os mandamentos do policial honesto, responsável e cumpridor dos seus deveres.

É uma afronta à dignidade de um povo tradicionalista, de um povo pioneiro na história política e econômica do Paraná, de um povo brioso e ordeiro como é a população de Antonina. E esta população é, na sua totalidade, oriunda de gerações nativista, e não flutuante.

Assim sendo, não aceita e não permite autoridades desse quilate em seu meio.

Senhor Secretário:

Estamos, como membros do diretório político e da bancada legislativa que representa a família antoninense ao lado do Sr. Governador Jayme Canet, ao lado de V. Exa. que é o digno responsável do Governo no setor de segurança da família paranaense, é que ratificamos, pelo presente os anseios de toda uma cidade, no sentido de uma urgente e imediata substituição dos Srs. Dr. Milton Delapaski, Delegado de Polícia e do Cabo Antônio Costa, Comandante do Destacamento Policial de Antonina."

E vai por aí afóra, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, a carta que, por demais vexatória, eu me permito não continuar a sua leitura; mas, eu me associo ao povo e às autoridades de Antonina que subscrevem a presente carta e, desta tribuna, Sr. Presidente nobres Senhores Deputados, eu quero deixar também, o meu protesto e o meu apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que se atenda ao povo porque só ao povo é que se deve atender

Ele é o nosso supremo juiz; o povo é o nosso patrão; e só ao povo é que nós devemos obediência, é que nós devemos fidelidade e lealdade.

Não se admite um Secretário de Segurança de um Estado que não atenda os anseios de uma população, desde que justos, desde que comprovadas as acusações que se fazem ao Delegado e ao destacamento policial de Antonina.

Voltarei ao assunto, Sr. Presidente, se por acaso, o Sr. Secretário de Segurança não tomar as providências que o caso requer, desde que, como já disse, comprovadas as denúncias, porque eu apenas estou sendo porta-voz e atendendo uma solicitação que se envia, sem entrar no mérito da questão; sem saber se o Delegado é corrupto, arbitrário e imoral, como dizem os missivistas.

Apenas, cumpro a minha obrigação, de trazer ao conhecimento do povo do Paraná, trazer ao conhecimento do Sr. Governador e do Sr. Secretário de Segurança, irregularidades como essas que estão acontecendo no Município de Antonina.

Voltarei ao assunto, Sr. Presidente, se nenhuma providência for tomada. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — (Lê) — "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Freqüentemente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos assistindo à ocorrência de mortes causadas por incêndios em automóveis de fabricação nacional.

O estágio de desenvolvimento que o Brasil já alcançou no setor automobilístico, nos leva a pedir que o Governo Federal seja mais rigoroso para com as normas de segurança, adotadas para os veículos automotores.

A política de liberdade de preços autorizada para a indústria automobilística exige que, em contrapartida aos lucros que o Governo garante, sejam elevados os padrões de segurança ao usuário.

Não é possível, que por defeito de fabricação, os automóveis nacionais continuem ceifando vidas, ao se incendiarem após uma colisão.

As nações amadurecidas têm tratado com rigor a indústria automobilística, exigindo que se ajuste a padrões de segurança.

Urge pois, que no Brasil, se adotem as mesmas providências, isto é, que os veículos sejam fabricados com os requisitos básicos de segurança, já adotados em outros países, sem o que não seja permitida a sua introdução no mercado.

Que a política da quantidade seja alterada para a da qualidade, pois com isso se atingirá ainda outros objetivos de economia nacional.

Tornando prática a idéia deste pronunciamento, pedimos, Sr. Presidente, que a Casa oficie ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio para que procedam estudos para exigências de padrões mais confiáveis de segurança individual nos automóveis brasileiros."

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Em atendimento à questão de ordem do eminente Deputado Enéas Faria, temos em mãos ofício do Sr. 1o. Secretário desta Casa que diz o seguinte: (Lê) — Em atenção ao solicitado pelo nobre Deputado, cumpre a esta 1a. Secretaria passar às mãos de V. Exa., inclusa a cópia autêntica do expediente encaminhado a esta Casa, pelo Sr. Jayme Prosdócimo. Reitera a V. Exa. os protestos de estima e consideração.

Assinado — Deputado Quielise Crisóstomo da Silva)

Em seguida, temos o ofício que capeia, do Sr. Secretário de Finanças, Dr. Jayme Prosdócimo. (Lê): — "Em atenção ao solicitado por V. Exa., contida no Ofício 1438/77, que capeia o requerimento do Deputado Enéas Faria, com referência a informação do Banco do Estado do Paraná. Na oportunidade, apresento a V. Exa. protestos de elevada estima e distinta consideração."

Este ofício, Sr. Deputado Enéas Faria, deu entrada nesta Casa, na Seção de Protocolo, dia 27 do mês p.p.

Em virtude dos feriados, o mesmo só chegou hoje, em mãos, do Departamento Administrativo da Casa, razão porque também só chegou a esta Presidência, neste dia.

E eu, com todo o acatamento e respeito passo às vossas mãos as respostas, quesito por quesito de vosso requerimento.

V. Exa. deverá receber também o original.

Concedo a palavra, ao sétimo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidélcio Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, passaremos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Dois assuntos nos trazem, na tarde de hoje a esta tribuna.

O primeiro delas, refere-se ao Ministério do Interior, numa campanha que está sendo feita nos municípios do Paraná, através das Prefeituras, Sindicatos Rurais, Sindicatos de Trabalhadores, Cooperativas, enfim, todos os órgãos ligados à área rural de nosso Estado.

Mas antes de abordarmos este assunto, nós gostaríamos de dar algumas idéias.

O Estado do Paraná hoje, é conhecido não só pelo paranaense nascido ou não neste Estado que vive aqui, mas também fora do Paraná, com os seguintes slogans: "Paraná, terra de todos nós"; ou então, "Paraná, terra de todas as gentes". E houve, em outras épocas, em que dizia que "Paraná é gente mais perto de gente".

Todos nós, Deputados, ou toda a população do Paraná acima de 30 anos, 40 anos, estão lembrados, na sua mocidade ou no seu tempo de criança, principalmente nas regiões do interior de São Paulo, do interior de Minas Gerais, de uma

canção popular sertaneja, que sem dúvida nenhuma foi um dos motivos, precursos para o grande desenvolvimento do Norte do Estado do Paraná, principalmente a canção da dupla que me lembro até o nome: Luizinho e Palmeira, que se chamava Paraná do Norte.

Não podemos de maneira nenhuma, desconhecer a conquista no Paraná, no início do século ou no fim do século passado, o Norte Pioneiro, na época de 1.930, 1.940, o Norte propriamente dito, Londrina, até Maringá, depois a região de Assis Chateaubriand, Oeste do Paraná; o Sudoeste do Paraná; e, se nós lembrarmos ainda, o sul do nosso Estado, há mais tempo, nós vamos sentir que a imigração tanto estrangeira como do próprio Brasil, o afluxo de gaúchos, de catarinenses principalmente no Sudoeste, de mineiros e paulistas no Norte do Paraná, de estrangeiros há bastante anos passados aqui no Sul; e de nordestinos, de nortistas, enfim, todo o Brasil participa e participou do grande desenvolvimento do Norte do Paraná e em todo o Estado do Paraná.

O que seria o Paraná hoje, se não fosse a coragem o desprendimento, a vontade de vencer, não só de brasileiros mas também de estrangeiros que aqui vivem.

E evidentemente, numa maioria esmagadora, de brasileiros que acorreram ao Paraná principalmente, nos Estados citados.

Ninguém desconhece também, não só o Paraná, não só o Brasil, teve essas imigrações internas tão importantes que realmente valorizaram e deram tanto progresso a determinadas regiões brasileiras.

Hoje, através de filmes, livros ou histórias da própria política norte-americana, a gente até hoje, admira a bravura do povo americano na conquista do Oeste, do Leste americano, e agora, Srs. Deputados o governo brasileiro, parece que esqueceu o desprendimento do povo brasileiro, a capacidade de produzir do brasileiro, e dentro do nosso Estado, faz uma campanha que eu acho das mais sórdidas que pode ser feita, através do Ministério do Interior, na publicação de cartazes e livros, proibindo, pedindo ao INCRA, às Cooperativas, aos Sindicatos, às Prefeituras, que proibam o povo do Paraná de irem conquistar o Acre, conquistar a Rondônia, conquistar a Amazônia, mas não proíbe do povo brasileiro estar povoando o Paraguai, concorrendo futuramente com o nosso País. Nós não podemos de maneira nenhuma, apoiar uma campanha nestes termos, porque o povo brasileiro, com um Brasil que tem uma área agricultável, que não alcança ainda 4 por cento do seu território que ultrapasse a oito milhões de quilômetros quadrados, e vem o Ministério do Interior proibir ou pedir para que brasileiro não vá conquistá-lo.

E por outro lado, nós sabemos que a Volkswagen do Brasil, tem milhões de hectares comprados, que grupos estrangeiros tem milhões de hectares comprados na Amazônia, e algumas pessoas físicas ou grupos, milhares de alqueires comprados, porque não distribuir terras, porque não fazer efetivamente uma reforma agrária, que foi aprovada no Governo Castelo Branco em 1.965, dando condições a esse povo, que hoje através do Ministério do Interior, com cartazes distribuídos por todas as partes mostra a miséria em que eles estão.

Srs. Deputados, é para nós, que vivemos no meio rural, que através de entidade de classe e nos nossos 40 anos de vida, vinte deles quase que voltados exclusivamente à organização de sindicatos e a pedir a estes homens rurais que se unam para se fortalecer e para poderem ter melhores dias.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — Daqui a pouco, nobre Deputado.

Nesta publicação que o Ministério do Interior fez, tem uma parte realmente louvável e que eu faço até questão de ler antes de conceder o aparte.

É quando ele diz: "Para tanto é necessário, a nível federal, a intervenção coordenada dos órgãos diretamente responsáveis

no País, principalmente o INCRA, pelos aspectos relativos ao deslocamento, erradicação de populações, distribuição de terras, exploração agrícola e qualidade de vida."

Mas como se realizar isto se o próprio Ministério do Interior antes de chegar a isto, solicita que estes homens que vivem no Paraná hoje, ou no Rio Grande ou em Minas Gerais, ou em outros Estados, que ele traz um gráfico aqui, não permitam a este povo, a exemplo de antepassados nossos, de todos nós, sejam brasileiros ou estrangeiros, que conquistaram o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná? Negar isto é negar, inclusive, o direito de liberdade que um povo tem de se locomover para onde bem quiser.

Se ele vai sofrer amanhã, é um problema dele. Ele está consciente disto.

Cabe ao Governo de dar, através de uma política agrária neste País, solução para estes problemas para estes homens que vivem da agricultura.

Com todo o prazer dou o aparte ao Deputado Osvaldo Macedo.

O Sr. Osvaldo Macedo — Deputado Lázaro Dumont, serei breve, no meu aparte. Apartei-o inicialmente para cumprimentá-lo pela sua coragem, pela sua independência quando se trata de defender o interesse do homem da terra, do homem que efetivamente trabalha a terra e não daquele que simplesmente especula sobre a terra.

Elogio a atitude de V. Exa. e lembro que seu discurso nesta tarde, serve apenas para evidenciar aquilo que todo o Brasil já sabe, que este Governo, que este Ministério, ou que todos os Ministérios, desconhecem, o problema da terra no Brasil.

Surpreende-me esta publicação. E surpreende-me mais ainda, a insensibilidade dos atuais governantes para com as graves e gritantes injustiças que ocorrem com os que trabalham a lavoura.

Pretendo, ainda esta semana, dar conhecimento formal a esta Casa, em discurso, da gravíssima denúncia feita por D. Agostinho Sartori, Bispo de Palmas, perante a CPI da Terra no Congresso Nacional, denunciando a injustiça, a verdadeira calamidade pública, que ocorre na gleba paranaense.

Queria apenas aproveitar esta ocasião, para dizer que por mais vezes, é preciso que se denuncie aqui o total esquecimento do homem que trabalha a terra no Paraná que já não tem terra para trabalhar.

E queria apenas lembrar, como V. Exa. bem disse, que quando se proíbe pessoas de trabalhar a terra; que quando se impede pessoas que querem trabalhar a terra, de ter terra; nós temos no Brasil, 83 por cento das áreas agricultáveis, não exploradas, apenas 17 por cento das áreas agricultáveis no Brasil, estão produzindo hoje.

O restante está na dependência da especulação imobiliária, dos que detêm o seu domínio.

Portanto, Deputado Lázaro Dumont, o meu elogio pela sua coragem dessa denúncia.

E sobretudo, pela sua coragem de reclamar a reforma agrária para esse País.

Porque até o termo parece que foi proibido; hoje precisa-se até ter coragem para falar em reforma agrária.

E, honestamente, enquanto não se alterar a estrutura agrária deste país, é incensatez pretender-se fazer desenvolvimento justo e certo.

Cumprimento portanto, V. Exa., pela coragem e pela denúncia.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, nobre Deputado.

Tem o aparte o Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Deputado Lázaro Dumont, eu, inicialmente, quero parabenizar-me com V. Exa. e dizer que me é confortante verificar que os homens da Arena estão

começando a criar um pouquinho de coragem, a sacudir a inércia que vinha se acumulando sobre os representantes do povo, eleitos pela legenda da Arena.

O que tem se verificado, nobre Deputado, é que a nossa bancada é submissa, dócil, aceita todas as medidas impopulares do Governo.

Aceitou o "pacote" de abril, enfim se eu fosse enumerar aqui, eu estaria fazendo pronunciamento paralelo com V. Exa.

Então, acho necessário que os homens da Arena reajam, reajam toda a vez que o Governo tomar medidas impopulares, impatrióticas como essa que V. Exa. vem denunciar da tribuna da Casa, nesta tarde.

Isso eu acho que não é desrespeito ao Governo constituído.

Eu acho isso uma colaboração dos homens da Arena, protesto sempre serve, pelo menos para alertar o Governo de que ele não está no caminho certo.

V. Exa. ao citar as multinacionais que têm terras no Brasil, especialmente na Amazônia, esqueceu talvez de dizer, que 10 por cento do território da Bahia hoje, pertence às companhias multinacionais.

Esqueci de dizer que o Governo Brasileiro contratou os serviços da Força Aérea Americana, para fazer o levantamento geofísico da Amazônia em aerofotogrametria.

É evidente que este trabalho não foi sigiloso e do resultado desse trabalho, as melhores áreas, naturalmente, foram distribuídas às multinacionais.

Porque elas de posse do conhecimento desse levantamento, feito por um órgão praticamente estrangeiro, no nosso País, resultou um conhecimento de áreas valiosíssimas que passaram imediatamente a serem disputadas pelas multinacionais.

No entanto, isto é um tema apaixonante é um tema que a Casa deve realmente se conscientizar.

E outros pronunciamentos devem partir dessa Assembléia Legislativa, porque na própria defesa da nacionalidade, pronunciamentos embasados em conhecimentos como o que V. Exa. vem fazendo na tarde de hoje nesta Casa.

Parabenizo-me especialmente pela coragem cívica de V. Exa.

E, formulo apelo à nossa bancada, para que de hoje em diante, as medidas impopulares do Governo sejam denunciadas pelos representantes do povo.

Porque eu sempre disse que o nosso único patrão é o povo e só a ele devemos dar satisfação de nossos atos. Protestar quando as medidas não vierem ao encontro dos desejos da coletividade brasileira.

O SR. LÁZARO DUMONT — Nobre Deputado Erondy Silvério, agradeço o aparte de V. Exa. que veio enriquecer o nosso modesto pronunciamento.

E com todo o prazer entrego a palavra ao nobre Deputado Gabriel Maneol.

O Sr. Gabriel Maneol — Com todo o respeito estou ouvindo o pronunciamento de V. Exa., patrióticos, apartes de Deputados estribados, ilibados de conhecimentos.

Mas, queríamos apenas, ilustre Deputado Lázaro Dumont, que V. Exa., como representante dos agricultores nesta Assembléia, como homem acostumado a lidar com o povo, com toda razão vem defender os interesses desse mesmo povo, que é o problema da reforma agrária.

Sem procurar me aprofundar e entrar no mérito da questão, queria apenas fazer um parêntesis para meditação, para que V. Exa. medite, que o grande País que é a União Soviética, fez a reforma agrária e hoje, Sr. Deputado, tem a dependência — sem procurar fazer um discurso paralelo ao de V. Exa. dos países como Brasil, como os Estados Unidos, para exportação de soja.

O nosso Brasil, sem reforma agrária, procura amparar os lavradores, dando a estes a reforma necessária, dando o

amparo médico, dando o INPS e dando a aposentadoria, para que esses homens voltados aos interesses da terra, fizessem de nosso Estado um dos maiores exportadores, senão o maior, o segundo ou terceiro exportador de cereais que são carreados para a própria Rússia, onde há a reforma agrária.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a reforma agrária é uma faca de dois gumes.

Temos, primeiro, que preparar o nosso povo. Se o nosso povo vai a um País irmão, como é o Paraguai, buscar serviço e trabalho, para vir com seu produto exportado pelo Porto de Paranaguá, que é essa imensidão do nosso querido Brasil.

Não quero contestar V. Exa. Só quero pedir apenas que, dentro do seu tirocínio e de sua sabedoria, faça um paralelo e veja que não são tão ruins as metas de nosso Governo.

Um País que surgiu em 1.964, de uma revolução fratricida; um País que estava à beira do abismo há 13 anos apenas, não pode de uma hora para outra transformar-se um País modelo.

E é por isso que eu peço vênha ao meu querido colega de bancada, que muitas vezes os nossos dirigentes erram, mas vamos procurar sanar esses erros dentro de uma democracia cristã, dentro do que é aplicável dentro de um País democrático e cristão, como é o Brasil, porque a reforma agrária não deu resultado na Rússia a reforma agrária não deu resultado na China Comunista.

Eu pergunto a V. Exa. se existe reforma agrária nos Estados Unidos?

Se existe, sem querer procurar ficar do lado das multinacionais, mas estamos ao lado desta querida Pátria, deste querido Brasil, e não vamos tolerar que venham procurar impingir ao Governo da Revolução uma reforma agrária fora de tempo, exdrúxula muitas vezes, que nos leve a uma revolução, a uma revolução comunista, a uma revolução marxista.

E é porisso, Srs. Deputados, que os colonos de nossa terra, têm livre arbítrio de ir e vir e trabalhar por nossa terra e por nossa gente.

Perdoe-me, se falo alto, mas apenas discordo de V. Exa. nesse ponto de vista.

O SR. LÁZARO DUMONT — Nobre Deputado Gabriel Manoel, para que eu possa entrar no segundo assunto, senão o meu tempo não permite, eu quero responder 3 ítems de V. Exa.: Primeiro, a reforma agrária americana foi feita pelo Governo de Lincoln, morto e assassinado em 1865; segundo, a reforma agrária realmente veio um pouco tarde, ela já devia ter sido feita; terceiro, a Reforma Agrária é uma lei do governo Castelo Branco, de 1.964, e se chama Estatuto da Terra, não é anterior a 64, nem surgiu daquele clima que vivia o Brasil anteriormente a 64.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, não poderia perder esta oportunidade, inclusive procurando esclarecer o pronunciamento que fiz, há poucos dias e que V. Exa. não gostou.

Nobre Deputado, bem como V. Exa., sabemos que o Governo está procurando dar melhores condições de vida ao nosso agricultor — como V. Exa. mesmo é testemunha.

Mas, não podemos negar que existe uma falha, e a falha é justamente essa que V. Exa. aborda: é que vem sendo o problema mal conduzido pelo INCRA.

Ainda há poucos dias, entrei com toda a documentação, no INCRA, para regulamentação da Cooperativa de Jandaia do Sul.

Encontrei, no INCRA, os maiores obstáculos.

Foi criado, no Paraná, um organismo: a OCEPAR, que congrega todas as cooperativas,

E ali também encontrei obstáculos, não consegui nem entrar.

Embora haja a lei "da oferta e da procura", que visa dar melhores condições ao agricultor que deve entrar onde achar

melhor.

Hoje, ainda me telefonaram de São João do Ivaí, o mesmo problema existe lá.

O Entreponto daquele Município não vem funcionando há tempos.

Veio uma Comissão para criar a Cooperativa de São João do Ivaí.

Já lhes disse dos obstáculos e até onde posso ir, das dificuldades porque passa o agricultor.

É preciso que haja um melhor-entendimento, haja uma abertura e que a OCEPAR não impeça mais que se crie novas cooperativas que dêem condições ao agricultor de melhor se organizar.

Quando falei do II Simpósio do Soja por V. Exa. tão bem organizado, e que V. Exa. não entendeu o que eu quis dizer.

Em absoluto, não quis atacar a Comissão, respeito o trabalho perfeito, dedicado, os seus membros deram tudo de si.

Mas sei — e não podemos negar — que nesse Simpósio houve a participação daqueles que estavam com o poder na mão e que iam procurar conseguir o que mais lhes interessava.

Inclusive, procuraram derrubar a tese do Deputado Deni Schwartz.

Foi esse o motivo pelo qual não participei daquele Simpósio.

Mas, de forma nenhuma ataquei o trabalho da Comissão, sei que V. Exa. e toda a Comissão estava imbuída dos melhores propósitos.

O que não concordo é a maneira com que eles procuram entrar, e atrapalhar até, a situação do agricultor.

Isto que gostaria de justificar a V. Exa. porque nada tinha contra a Comissão, sei da intenção de V. Exa. que fez o que eu gostaria de fazer: trabalhar.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Obrigado, Deputado Gilberto Carvalho.

Responderei a V. Exa. em partes:

Primeiro, quero comunicar a V. Exa. que tivemos oportunidade de ir duas vezes à OCEPAR, e estou esperando a vinda do Prefeito de Jandaia do Sul, para irmos juntos ao Dr. Cassiano, porque a região da Cooperativa é essa de Maringá.

Vamos, inclusive, pedir o apoio dele para a restauração da Cooperativa de Jandaia do Sul.

Inclusive, na própria Cooperativa de Mandaguari, ao contrário do que eles me informaram, disseram-me que estariam dispostos e empenhados na restauração da Cooperativa de Jandaia do Sul.

Há muito tempo atrás tive oportunidade de falar sobre cooperativismo: sou contrário a esse sistema de cooperativismo regional, que dá muita força a determinadas cidades, deixando outras praticamente abandonadas em setor de cooperativas.

Mas com referência ao II Simpósio Nacional de Soja, tivemos oportunidade de convidar a todos os interessados.

Disse, inclusive ao Deputado Deni Schwartz que acho que a solução do problema do soja não é a criação do Instituto Nacional do Soja.

Não estou defendendo a tese das multinacionais, mas a maioria das cooperativas e dos produtores de soja, são contrários.

O Governo, lamentavelmente, tem se mostrado um péssimo vendedor, está aí o próprio café para dar um exemplo maior.

Outro assunto ainda — o porquê nós defendemos a distribuição de terras a pequenos proprietários.

A estatística nos prova de que, 50 por cento da produção agrícola brasileira — 50 por cento — é produzido em propriedades inferiores a 50 hectares, que seriam, aproximadamente, 20 alqueires; se elevarmos isto para 35 alqueires, que seriam

mais ou menos 80 hectares, elevaríamos esta produção para 70 por cento da produção nacional.

Então está mais do que comprovado de que, evidentemente a pequena propriedade é que realmente produz.

E aí está o grande desenvolvimento do Norte do Paraná, do Oeste e do Sudoeste do Paraná.

Eu gostaria de ter uma fazenda. Não a tenho, mas, não sou contra fazendeiro algum.

A verdade é que, onde predominam as grandes fazendas, aí está centralizado o maior índice de pessoas carentes de ajuda deste nosso Estado.

Sr. Presidente, outro assunto que nos traz à tribuna, hoje, é com referência à comercialização do feijão.

Nós tivemos oportunidade de, desta tribuna defendermos um preço mínimo para o feijão, à época, de 400 cruzeiros a saca.

O Ministério da Agricultura, através do seu setor próprio, através dos seus técnicos tabelou o preço mínimo do feijão, a 262 cruzeiros a saca, e esta safra, intitulada "safra das águas", produziu quase 50 por cento da produção nacional.

É o que o Paraná produz, sozinho, quase 50 por cento da produção nacional.

Nós que vivemos no Interior, sabemos que é difícil encontrarmos proprietários que plantem feijão em grande escala como plantam o trigo, o soja, o café ou outro tipo de produção agrícola.

O feijão, normalmente é plantado, para aproveitamento de área agrícola, seja em lavoura intercalada, seja em área que não dê para ser mecanizada.

Com isto, a maioria da produção do nosso feijão, é feita em pequena escala, 30 sacas, 40, 50, 80 sacas, são poucos os produtores de feijão, que alcançam uma produção média de 100 sacas de feijão.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — A Presidência lamenta, mas o tempo de V. Exa. se esgotou, mas lhe concede mais 1 minuto para a conclusão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente, o orador poderá ocupar os 10 minutos reservados à bancada da Arena.

(Assentimento da Presidência).

O SR. LÁZARO DUMONT — Agradeço o Vice-Líder pela oportunidade que me concedeu para que eu possa concluir o meu raciocínio, e também possa apresentar o requerimento que tenho em mãos.

O Banco do Brasil está autorizado a financiar o feijão, a 262 cruzeiros a saca; basta que o lavrador tenha condições de estocar este feijão, ele vai ao Banco e recebe o financiamento de 262 cruzeiros a saca; mas acontece que, como a maioria dos produtores produz feijão em baixa quantidade, o que não justifica muito a ida ao Banco, ou a enfrentar toda aquela burocracia, ele então vende, ao primeiro comprador.

O que está acontecendo agora?

Em determinadas regiões do Paraná o feijão está sendo vendido a 130 cruzeiros a saca, isto é, pela metade do preço mínimo estabelecido pelo Governo; isto quer dizer que, o intermediário, dono de um caminhão ou de qualquer outra condução vai à propriedade — o lavrador, com uma quantidade de sacas de feijão insuficiente, para que tenha condições de armazenamento ou de transporte, vende, é obrigado a vender, principalmente para poder saldar as suas dívidas — e se aproveita desta oportunidade.

Da grande produção que o Paraná está atravessando no momento, já que estamos vendendo feijão a 130 cruzeiros a saca, não alcançamos nem 20 por cento da produção agrícola, ainda, colhida no nosso Estado.

O que é que acontece?

O intermediário de posse de uma viatura ou através de seu posto de compra, em qualquer cidade, compra feijão a

centro e trinta, cento e quarenta, ou em algumas regiões, no Norte Pioneiro, por exemplo, alcança, hoje, cento e sessenta, cento e setenta cruzeiros a saca.

Ele estoca esse feijão porque ele consegue para si uma grande quantidade de sacas.

Vai ao Banco do Brasil, financia esse mesmo feijão que ele comprou a cento e trinta cruzeiros, por duzentos e sessenta e dois cruzeiros, o saco e fica com o feijão estocado durante 6 meses.

Daqui a 6 meses esse saco de feijão vai estar, novamente, a 500, 600, 700 até 800,00 a saca.

Aí vai no Banco, paga Cr\$ 262,00 e põe no mercado o feijão a duas ou três vezes o preço mínimo estabelecido pelo Governo, fazendo com que o consumidor passe a pagar o produto mais caro.

Então, o que nós estamos fazendo, hoje?

Ou, que nós iremos solicitar?

É que o Governo somente financie, através do Banco do Brasil, às Cooperativas que fizerem o repasse para o armazenamento do feijão; ou àqueles lavradores que forem diretamente ao Banco do Brasil, evitando, assim, de financiar ao intermediário, dando condições econômicas para ele, de ganhar 30, 80, 100 por cento a mais no preço do saco de feijão, em 6 meses, ou muito mais, colocando o produto por um preço muito mais caro, no mercado.

Dou o aparte ao nobre Deputado.

O SR. **Ernesto Gnoato** — Nobre Deputado Lázaro Dumont.

O Banco do Brasil que V. Exa. está falando, é relativo, porque na minha região, os agricultores de Altônia, eles têm de percorrer uma distância muito longa para chegar ao Banco do Brasil, porque a sede é em Iporã.

Mas, o registro de imóveis, é Xambrê. Então, o lavrador tem que ir a Iporã, fazer a proposta, ir a Xambrê, registrar.

Não há condições do agricultor sustentar, hoje, na minha região, o saco de feijão está a cento e trinta.

Deputado Lázaro Dumont, V. Exa. falou no atravessador ou intermediário.

Eu tenho que defender o intermediário, porque o intermediário, Deputado Lázaro Dumont, quando a criança está doente, do agricultor, o colono vai se socorrer ao intermediário, ao atravessador, como eles chamam.

Ele não vai ao Banco do Brasil.

Por isso, o intermediário deve existir e continuar existindo neste Brasil.

Era só, Sr. Deputado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Enquanto existir intermediário, nobre Deputado, vão existir sempre, doentes para esse intermediário.

Nós gostaríamos, nesta oportunidade, Sr. Presidente, de lermos o requerimento que estamos encaminhando à Mesa e, se aprovado por esta Casa, enviar ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda e ao Sr. Ministro da Agricultura.

Antes, aqui, ainda, usando o aparte do Deputado Ernesto Gnoato — uma das dificuldades, nobre Deputado, é exatamente, essa falta de condições para ele vender melhor os seus produtos.

Concordo com V. Exa. de que faltam Bancos. Seria necessário existirem mais Bancos; ou que os Bancos particulares todos eles, fizessem o repasse do dinheiro para pagamento do preço mínimo estabelecido pelo Governo.

Mas, de maneira nenhuma, com todo o respeito que tenho a V. Exa., eu, infelizmente, não defendo o intermediário.

O requerimento é o seguinte, Sr. Presidente:— (Lê) "Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Exmos. Srs. Dr. Mário Henrique Simonsen, DD. Ministro da Fazenda e Dr. Alysson Paulinelli, DD. Ministro da Agricultura, contendo reivindicação no sentido

de que o Banco do Brasil não mais financie feijão aos intermediários, mas única e exclusivamente, ao produtor e às cooperativas.

JUSTIFICATIVAS:

Considerando que o feijão, embora produzido em grande escala em nosso Estado, é cultivado na maior parte pelos pequenos produtores, como cultura intercalar, os quais por falta de recursos econômicos precisam vender de imediato o produto, vez que não possuem infra-estrutura para estocar e aguardar a alta e que o atravessador, por sua vez, aproveitando-se da situação, compra o produto diretamente do pequeno produtor a Cr\$ 130,00 a saca, financiando junto ao Banco do Brasil pelo dobro do preço, garantindo o lucro, ainda que o preço permaneça estável e locupletando-se de uma maneira injusta no caso de alta, configurando-se uma verdadeira exploração do homem pelo homem.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1.977".

Era somente o que nós tínhamos a apresentar na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente e muito obrigado, Srs. Deputados. **(Sem revisão do orador)**

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Consulto ao líder da Arena, se ainda quer fazer uso dos cinco minutos que lhe restam.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Exato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nestes cinco minutos, para fazer referência ao requerimento apresentado pelo eminente Deputado Valter Pietrângelo para, numa demonstração de que não é uma questão de capricho, mas é uma posição que nós adotamos com referência ao pedido que nós em parte concordamos, referente ao preço do café, mas discordamos do pedido de afastamento do Presidente do IBC.

Tive oportunidade de ler, na "Gazeta do Povo", do dia 5 do corrente mês, anteontem, um artigo que faz referência a aproximação do Brasil e da Colômbia.

(Lê): — "Café aproxima Brasil-Colômbia"

"Brasil e Colômbia decidiram programar em conjunto, a execução de uma política de sustentação dos preços do café, de forma a favorecer os interesses dos países produtores.

A decisão foi adotada, após reunião entre o Presidente do IBC, Camilo Calazans, e o gerente-geral da Federação Nacional de Cafeicultores da Colômbia, Arturo Gomes Jaramillo, na cidade de Manaus, nos dias 30 de outubro e 01 de novembro, segundo nota oficial divulgada, ontem pelo Ministério da Indústria e do Comércio.

Diz a nota que Brasil e Colômbia decidiram coordenar seus sistemas de comercialização de modo a não permitir em qualquer hipótese, que seus cafés possam ser vendidos no mercado internacional a níveis iguais ou inferiores aos preços indicativos da Organização Internacional do Café (OIC) para o "cafés robustas" (africanos) e outros suaves.

Para exame da situação do mercado internacional do produto, Brasil e Colômbia sugerem a convocação de uma reunião de produtores, na cidade de Londres, em data a ser estabelecida."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aí se evidencia mais um dos motivos de não se pensar em modificação, neste momento, quando dois países procuram se entender, com referência a comercialização de café.

Se o Presidente do IBC de hoje está entrosado com outro país que é nosso concorrente, estudando uma maneira para que possamos alcançar melhor preço, depois da reu-

nião de Manaus, outra reunião já programada, a substituição seria prejudicial ao nosso país, porque mesmo colocando no IBC um outro Presidente, conhecedor do café, teria que fazer um novo entrosamento e tudo isso seria perda de tempo.

Por este motivo nós continuamos ainda na mesma posição, contrária ao afastamento do Presidente do IBC.

O pedido requerido, neste momento, pelo eminente Deputado Lázaro Dumont, procurando o corte do intermediário na compra do feijão, é uma medida louvável, mas é preciso que, em primeiro lugar, o Banco do Brasil procure credenciar os seus representantes em cada município, os Bancos particulares, e tenha em cada município armazéns para recebimento.

Possibilitando a que o pequeno agricultor que não tem condições de procurar como é o caso citado agora há pouco, vai a Xambê, vai a outro município distante para fazer o registro da sua cédula e depois fazer o depósito; é preciso que tenha um credenciamento em cada município, dando condições ao pequeno agricultor que tenha alguém para procurar, ou que tenha algum lugar para efetuar este trabalho.

É válida a sugestão apresentada, mas primeiro é preciso que se dê condições para que o agricultor tenha onde procurar, porque se cortar o intermediário, que não dê a ele condições de adquirir o produto, o agricultor o pequeno agricultor ainda terá maiores dificuldades, porque o grande agricultor, ele tem condições de pleitear o financiamento, mesmo o Banco sendo distante.

Mas o pequeno agricultor luta com grande dificuldade, e por isso é preciso que tome uma medida credenciando em cada município, mesmo que não tenha o Banco do Brasil, o Banco particular e um armazém para recebimento deste produto.

Muito obrigado.— **(Sem revisão do orador)**.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença, nas cadeiras desta Assembléia, do eminente Deputado Álvaro Dias;

Consulto à liderança do MDB se quer usar do horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Ocupará o Deputado Enéas Faria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trato do Banco do Estado do Paraná.

Na sexta-feira, levantei, e seria bom que a Mesa atentasse para esse fato: na sexta-feira levantei Questão de Ordem, com relação à omissão da Secretaria de Finanças com relação a esta Casa, por falta de envio de informações e que depois de muito custo, depois de muito sacrifício, depois de tanta luta, acaba por ser anunciada esdruxulamente a sua chegada a esta Casa.

Não vou me referir àquele assunto, porque merece resposta a avaliação que só o tempo e o estudo poderá produzir.

Apenas, para estranhar, que no expediente que me chega às mãos, através de xerox, o Banco do Estado do Paraná, teria encaminhado as informações à Secretaria de Finanças, no dia 6 de outubro. A Secretaria de Finanças teria feito chegar a esta Casa somente em 27 de outubro, a resposta.

E somente hoje, dia 07 de novembro, depois de tanto sacrifício, tenha a Mesa anunciado a sua chegada e tenha feito passar às mãos deste Deputado essa documentação.

De qualquer forma, Sr. Presidente, gostaria de manter e mantenho perante a Mesa, a Questão de Ordem levantada. Tenho para mim, que foi ferida a Constituição no que respeita a este tipo de relacionamento entre a Assembléia Legislativa e os Srs. Secretários de Estado.

O fato que agora tem ocorrido, esta esdrúxula

chegada, não invalida a questão de ordem levantada. Não invalida o problema criado.

Razão porque deve apenas se pronunciar de que maneira haveremos de nos comportar, se cobrando do Secretário omissão e desrespeito a falta de atenção a esta Casa, ou se aceitará a Assembléia o desrespeito e a omissão.

Portanto V. Exa. Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, haverão de, no momento próprio desta sessão, decidir quanto à questão de ordem levantada.

Trato, Sr. Presidente, de outra questão, do Banco do Estado do Paraná.

Estabelecimento oficial de crédito, captador dos recursos públicos e da economia paranaense que tem sido, de um tempo para cá, gerador de atitudes estranhas, causadoras de dúvidas que persistem, que permanecem e que colocam até em xeque, a fé dos que dirigem este estabelecimento.

Sei, e sabe esta Casa, e sabe o Paraná, quão zeloso é o Banco do Estado para aplicar e para investir os seus recursos para o homem do Paraná.

Sabe esta Casa e sabe o Paraná quão difícil e quão custoso é o homem simples, é o homem trabalhador, é o trabalhador do campo, é o trabalhador da cidade, o médio e o pequeno empresário captarem recursos e financiamentos do Banco do Estado do Paraná.

Sabe esta Casa e sabe o Paraná que estamos vivendo um instante gravíssimo para a nossa economia.

E esta Casa se apercebeu do fato, e esta Casa procurou adotar providências com relação ao fato.

Esta Casa instalou e está funcionando, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para tratar da evasão da economia paranaense, da desparanização.

De um lado a dificuldade e o zelo extremado para investir e para aplicar no Paraná e com os homens paranaenses.

E aqui vai até um exemplo: as Prefeituras paranaenses, sequiosas e necessitadas de recursos e aqui falo de uma maneira geral, Prefeituras de todas as siglas partidárias, quando pretendem do Banco do Estado antecipação de receitas, financiamentos, operações de qualquer ordem, oferecendo a maior e melhor garantia que é o próprio ICM.

É difícil, é custoso e é tardatário se conseguir do Banco do Estado estas operações.

E quando se as consegue, os prazos para a reposição são curtos, são exíguos, e se dão no mesmo exercício e a juros altos sendo um dinheiro caro.

Para o Paraná é assim que trabalha o Banco do Estado do Paraná.

Perguntaria: de que maneira se pode justificar? De que maneira se pode entender? De que maneira se pode explicar sequer a aplicação de recursos fora do Paraná? A aplicação de recursos em empresas não paranaenses. E, unindo a isto, a aplicação sem garantias, ou com garantias que acabam por não atender a seriedade de um negócio bancário.

Estava no ar, esta Casa sabia e se comentava officiosamente que, mais uma vez — e essa não é a primeira, que mais uma vez, o Banco do Estado do Paraná havia feito um mau negócio.

Que mais uma vez o Banco do Estado do Paraná, havia perdido dinheiro; de um negócio mal feito.

Não é a primeira vez.

Mais uma vez, assim procede o Banco do Estado do Paraná.

Não sei hoje, Srs. Deputados, somar as quantias que resultam das desastrosas operações que volta e meia se tem conhecimento, se tem ciência.

Mas a verdade é que de momento a momento, o Banco do Estado do Paraná, se permite a atitudes duvidosas, como a que agora acaba de ser levantada.

A Imprensa do Paraná e mais propriamente o jornal "O Estado do Paraná", numa atitude que reputo corajosa, uma atitude que reputo defensora dos interesses paranaenses, estampa nas suas páginas, da edição de domingo, a denúncia do fato.

Era o elemento palpável que deveria faltar e que faltava nesta Casa, para que o assunto viesse, agora sim, oficialmente, a ter o tratamento que deve ter.

Parece-me que o Paraná não pode mais. E quando falo em Paraná, refiro-me à sua representação política nesta Casa.

O Paraná não pode mais assistir silente, quieto, e de braços cruzados, a tantos desastres, a tantas operações mal sucedidas, a tantas atitudes não explicadas e que permanecem num mundo nebuloso.

Ouvi, dia desses, do líder do Governo nesta Casa, que o Secretário de Finanças não mandaria resposta a pedido de informação aqui aprovado com relação ao Banco do Estado do Paraná, porque a questão envolvia sigilo bancário, no interesse de eventuais depositantes ou de eventuais operadores com aquele Banco e também no interesse do próprio Banco.

Não sei ainda esta legislação possa coibir uma atitude mais viril, mais necessária, com relação a explicações que esta Casa deva ter e que o Paraná deva ter.

Parece-me que o sigilo bancário pode acobertar tudo e qualquer coisa, só não pode acobertar o descaso, a omissão, o despreparo, a má administração dos recursos públicos e da economia paranaense.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Enéas Faria, quando V. Exa. apresentou esse requerimento, pedi para discutir o requerimento e no mesmo dia pedi para entrar em contato com o Presidente do Banco do Estado do Paraná, para saber se havia alguma implicação com referência a sigilo bancário, melhores esclarecimentos, que está num campo que nós não conhecemos.

O que eu recebi de pronto do Presidente, é que nada tinha que poderia ser encaminhado, que ele teria prazer em responder, e como de fato, respondeu logo em seguida, que V. Exa. tomou conhecimento, da data que foi encaminhado.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu recebi hoje, eminente Deputado.

A Casa recebeu hoje, eminente Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. recebeu hoje, mas a data em que o Banco mandou, foi logo em seguida, poucos dias depois.

V. Exa. mesmo mencionou a data. Agora, V. Exa. mesmo comete uma injustiça, quando faz referência ao adiantamento; à antecipação da receita.

Nós temos conhecimento, de que os Prefeitos têm ido direto. Nem vão ao Presidente do Banco, vão direto ao setor de atendimento aos municípios e todos eles têm conseguido antecipação da receita.

Claro dentro do exercício. Isto aos critérios adotados por ele mas que dentro do exercício têm sido concedida antecipação da receita aos municípios e tão logo liquidada uma antecipação já é feita outra em seguida. E o Banco do Estado, vem procurando aplicar os seus recursos não só junto aos municípios mas como também aos municípios do interior, no atendimento aos pequenos agricultores.

As agências que nós conhecemos, conhecemos a linha de crédito de atendimento que vem dando e vem aplicando melhor aqui no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — Eminente Deputado Gilberto Carvalho, o problema de sigilo bancário, foi levantado nesta Casa, na última sexta-feira, para tentar justificar a omissão do Secretário, exatamente pelo líder da sua bancada.

Não conheço o descompasso existente entre o Banco e a Liderança da Casa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Permita, nobre Deputado, só para completar. Fui eu que tomei conhecimento e logo procurei entrar em contato com o Presidente do Banco, para saber se de fato existia alguma coisa ou não.

É que o líder levantou essa hipótese, — não disse que havia, — levantou essa hipótese que poderia haver. Por isso procurei agora justificar.

O SR. ENÉAS FARIA — Passemos à frente. Com relação à antecipação de receita às Prefeituras Municipais, eu não disse que o Banco não as faz, faz, mas com um rígido e rigoroso critério e como V. Exa. reconhece, para ressarcimento dentro do próprio exercício, a preço caro desse dinheiro, com um critério, portanto, forte e sério para os paranaenses, para o Poder Público Municipal do Paraná,

Com relação a outras atitudes e a outras operações não há critérios dessa maneira, não existe este rigidez, não existe esta seriedade.

Ora se pega 50 milhões de cruzeiros e se entrega sem garantia nenhuma à mão de uma empresa intermediária, dinheiro do Paraná, dinheiro dos paranaenses, dinheiro que a nossa economia está clamando, está requerendo.

Não há como justificar, nobre Deputado, e fosse esta a primeira vez, e fosse este o primeiro mau uso, ainda assim estaríamos estarecidos.

Acontece que já estamos nos catejando, porque não é a primeira e não é a segunda vez.

Confesso a V. Exa. que não sei quantas vezes ocorreu; confesso a V. Exa. que não sei em quantos bilhões se dá o total dessas atitudes pouco provas do Banco do Estado do Paraná.

O que entendo é que não se pode mais calar, não se pode mais aceitar passivamente essas atitudes.

Não se pode mais se conformar diante do despreparo dos homens que dirigem o Banco do Estado.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lamenta interromper o Deputado Enéas Faria que está na tribuna, mas o seu prazo esgotou-se e concede mais 60 segundos para que conclua.

O SR. ENÉAS FARIA — Se V. Exa., Sr. Presidente, me permitir, eu gostaria de ter tempo apenas para a leitura do requerimento que devo encaminhar à Mesa, lamentando não poder diante disso, conceder o aparte que o Plenário me solicita.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pediria a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao eminente Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Com o devido respeito ao Deputado Enéas Faria, Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa. e aos ilustres Deputados da Oposição, que olhassem o volume global do lucro que vem tendo o Banco do Estado em sua trajetória em prol do Paraná, porque, Sr. Presidente, não podemos ficar calados...

O SR. ENÉAS FARIA — Eu solicito a V. Exa. que desconte esse tempo, porque esse é um discurso paralelo. V. Exa. pode falar à vontade e até concederei um aparte, só me desconte o tempo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Então desconte o tempo, ou então eu me calo, Sr. Presidente, porque os maus pagadores não trazem estrela na testa.

O Banco do Estado é uma casa de comércio que se paga e se procura receber.

Agora, que se veja a grande equipe que tem por esse Norte do Paraná, por todo o Paraná e pelo Brasil, essa plêiade de homens honrados que estão à testa da direção do

Banco do Estado e que se veja o volume global do lucro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência adverte que não concederá mais a palavra por questão de ordem, e o Deputado que assim o desejar, poderá se inscrever em explicações pessoais.

Retoma a palavra o Deputado que está na tribuna, Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Para a leitura do requerimento, Sr. Presidente, entendo — e, comigo, diversos Deputados desta Casa — entendendo que não se pode mais colaborar com a omissão, se colaborar com a inércia, se colaborar com o despreparo, porque até, Sr. Presidente, porque até eu não sei mas, tanta coisa errada; tanto desastre; tanto despreparo; poderia até — quem sabe, culposamente — caracterizar o delito, por estar se atirando dinheiro fora.

Passo à leitura do requerimento: (Lê) "Senhor Presidente.

Assunto até há pouco fixado na área de rumores e comentários oficiosos, com as informações veiculadas pela Imprensa, ganha, a par da publicidade, caráter de fato sério e real.

Trata-se de novo envolvimento do nosso estabelecimento oficial de crédito, o Banco do Estado do Paraná, em atitudes comprometedoras na gestão dos seus negócios ou na aplicação dos seus recursos.

Não é de agora — e este não seria o primeiro caso — que, por razões ainda não explicadas, o Banco do Estado do Paraná, desastrosamente, vem investindo mal e descuidadamente os seus recursos.

O fato, agora anunciado, se refere a uma transação da ordem de mais de cinquenta milhões de cruzeiros, quantia que teria o Banco "emprestado" a uma empresa não paranaense — que, acabou por requerer concordata, frustrando, assim, a expectativa de um negócio bancário normal e rentável posto que, na melhor das hipóteses, esse dinheiro se retornar por inteiro, ainda assim, somente o será dentro de alguns anos, acarretando sérios e graves prejuízos ao Banco e à própria economia de nosso Estado.

Há algum tempo — e num lapso não muito largo — atitudes assemelhadas contribuíram para iguais prejuízos, como são os casos, segundo se propala, de desfalque vultoso em uma de suas agências na Capital do Estado de São Paulo; de empréstimos a uma empresa, para a qual se requereu falência, do Estado de Mato Grosso; semelhantes operações com uma financeira paranaense, e mais de uma empresa construtora em nosso Estado.

Tais fatos a se verificarem verdadeiros, além de tisonar a imagem do Banco, diminuindo sua potencialidade de aplicação e de estímulo a economia paranaense, pode caracterizar — pela incúria, pelo despreparo, pela inépcia, pela incapacidade, enfim, pela desastrosa maneira como estaria a ser dirigido — um descaso profundamente prejudicial a ensejar angustiantes e terríveis dúvidas quanto a fé com que estaria a ser gerido o estabelecimento.

Há fatos ou aspectos que necessitam ser elucidados, impondo, portanto, indagações a serem respondidas.

Não seria a mesma equipe gerencial, ou um dos seus integrantes, que envolvida no caso da agência da Capital Paulista já há meses, respondia pela agência da cidade de Santos quando se deu a operação com a empresa agora em concordata?

Há ou havia nos últimos tempos interesses paranaenses na empresa santista, isto é, pessoas físicas ou jurídicas, do Paraná, são ou foram acionistas de tal firma? Permanecem sócios ou tendo se retirado, quando o fizeram?

A transação teria tido que garantias? Por exemplo, "warrants"? E se assim foi, qual a destinação que tiveram? Quem e por que se teria autorizado a devolução à própria

empresa? Ou como e a quem foram alienados?

Nos desastres operacionais, se anteriormente havidos, ressarcio-se o Banco? no todo ou em parte? quais os procedimentos adotados?

Globalmente, qual seria, na atualidade, o montante total de recursos aplicáveis do Banco? Qual esse montante por setor? Quanto desse total, nas partes e no todo, foram ou estão aplicados fora do Paraná? Como se justificaria retirar da economia do Estado parcelas de recursos para aplicação em outros lugares?

E, outras tantas indagações necessárias a compor um quadro que definido e delimitado proporcione a elucidação de tantas questões ainda nebulosas.

Enfim, os fatos presentes e passados, não permitem mais que deixem de ser adotadas providências sérias, mas, rigorosas na defesa do depositante, do contribuinte e da própria gente paranaense.

Diante do exposto, e considerando mais que o Exmo. Sr. Secretário de Finanças do Estado, sob responsabilidade de quem se encontra também o Banco do Estado do Paraná, em caso recente deixou, afrontando régra constitucional, de atender "requerimento de informações" desta Assembléia Legislativa, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, e com fundamento na Constituição do Estado, requer, na forma regimental, a convocação do Exmo. Sr. Secretário de Finanças para, perante a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, prestar informações sobre o Banco do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1.977

(a) Enéas Faria.

Apoiamentos: Trajano Bastos, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Waldenício Barbalho, Lúcio Machado e Valter Pietrângelo.

Era isso, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 114/76, de autoria do Deputado PAULO CAMARGO, que cria no Município de Altônia, os Distritos Administrativos de São Jorge, São João e Jardim Paredão, com sede nas localidades dos mesmos nomes e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, COM SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 85/77, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública a "CRECHE MADRE CLÉLIA MERLONI", com sede e foro na cidade de Guarapuava. (Anexo o Projeto de Lei 96/77, de autoria do Deputado ARAGÃO DE MATTOS LEÃO, que versa sobre a matéria). Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 97/77, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública o Lar "JAYME WATT LONGO", da cidade de Bela Vista do Paraíso. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 121/77, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que denomina "Professora Célia Moraes de Oliveira", a Unidade Escolar construída no Parque Waldemar Hauer, na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁ-

VEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 122/77, de autoria do Deputado ARAGÃO DE MATTOS LEÃO, que declara de utilidade pública a "Filarmônica Antoninense", com sede e foro na cidade de Antonina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 126/77, de autoria do Deputado ALFREDO GULIN, que declara de utilidade pública, a Paróquia Nossa Senhora da Conceição, com sede e foro na cidade de Almirante Tamandaré, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 309/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 111/77, ex-Proposição 493/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de OURIZONA, objetivando reparos nos prédios do Ginásio Visconde de Mauá, da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, local. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC., por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 311/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 111/77, ex-Proposição 508/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de TERRA BOA, objetivando execução de obras de reparos no prédio onde funciona a Escola de Aplicação Monteiro Lobato, da sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC, por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 329/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 53/77, ex-Proposição 266/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de PONTA GROSSA, objetivando execução de obras de reparos no prédio do Grupo Escolar, Professor AMÁLIO PINHEIRO, localizado naquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 333/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 60/77, ex-Proposição 291/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de ANDIRÁ, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios da Delegacia e Cadeia Pública, daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 341/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 68/77, ex-Proposição 393/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de SALTO DO LONTRA, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual "JORGE DE LIMA", localizado naquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 342/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 68/77, ex-Proposição 400/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de SANTA CRUZ DO MONTE

"A criação de municípios, bem como sua divisão em distritos, far-se-á mediante lei, observados os requisitos e condições da lei complementar da Constituição Federal."

Para regulamentar a matéria, aditou-se a Lei Complementar No. 1, de 09.11.67, atendendo ao preceito da Constituição de 24 de janeiro do mesmo ano, cujo texto a Emenda No. 1, repetiu no artigo 14 retro descrito. Em 7 de fevereiro de 69, o "Governo Revolucionário" baixou o Ato Complementar No. 46, impedindo qualquer modificação na Organização Administrativa e Judiciária dos Estados, Municípios e Distrito Federal, condicionando tal viabilidade à prévia autorização da Presidência da República, depois de opinar o Ministério da Justiça.

Por aí se vê que o legislador federal reservou à União a competência para se manifestar sobre a viabilidade desse processo legislativo, vulnerando o princípio da autonomia do Estado membro e quebrando a tradição constitucional brasileira.

4. Nestas condições, o procedimento adotado, em forma de projetos de lei, contrária, flagrantemente, a Constituição Federal e Estadual, e esbarra nas Leis Complementares que regulamentam a matéria. De sorte que os dois processados apenas, quando muito, serviriam para ensinar o começo de provas que a lei exige como condições essenciais para o início do processo de criação do Município de Douradina.

Por carecer dos requisitos essenciais, o parecer é no sentido de que seja feito o ordenamento dos processos em causa, ou seja, o entranhamento e numeração com rubrica de folha por folha, como recomenda a boa técnica. Bem assim, que os "autos" sejam convertidos em diligência, para que os ilustres autores apresentem as vias originais dos documentos abaixo descritos, posto que as fotocópias sem autenticação não têm valor probante:

4.1. — Certidão do IBGE (§ 2o. do art. 2o. da Lei Complementar), mencionando:

a) população exigida pelo inciso I do art. 2o. da Lei Complementar No. 1;

b) número de casas do povoado-sede (inciso II, art. citado);

c) população remanescente do Município de Maria Helena (§ 1o. do art. citado).

4.2. — Memorial descritivo da área, seus limites e confrontações do território emancipando.

4.3. Certidão do T.R.E., provando a existência mínima de eleitores (10 por cento da população municipal) — inciso II, art. citado).

4.4. — Certidão do Juízo Eleitoral, mencionando que os subscritores do abaixo assinado são eleitores do Distrito de Douradina.

4.5. — Prova de que o Distrito arrecada 5 (cinco) mil-simos de receita estadual de impostos.

Após a reunião desses documentos, poderá se iniciar o processo de criação do município pretendido, quando esta Comissão apreciará a sua legitimidade, para assim encaminhar à Presidência da República, através do Ministério da Justiça.

Quanto ao processo legislativo, este está condicionado à anuência do poder central, após a qual, a Assembléia Legislativa poderá autorizar a ultimação da manifestação dos pretendentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de março de 1.977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fidelcino Tolentino, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 136/75.

O processado reúne os Projetos de Lei números 136/75 e 63/76, de autoria dos ilustres Deputados Antônio Facci e Wilson Fortes, respectivamente, que têm por objetivo a criação do Município de Douradina, desmembrado do Município

de Maria Helena, com as divisas que especifica.

Depois de sofrerem exaustivos estudos de parte de diversos relatores, nesta Comissão, os projetos receberam completa instrução documental, no sentido de ajustar a matéria às exigências da Lei Complementar No. 1, de 1.969, que estabelece as condições mínimas para a criação de municípios.

É o que se verifica ao compulsar-se a volumosa coleção de dados comprobatórios de todas as exigências e formalidades legais, que os dois projetos ostentam.

A iniciativa está amparada em preceito constitucional e a matéria vem articulada nos termos do Regimento Interno.

Com a notória fidelidade à Lei Complementar No. 1, de 1.969, a propositura conta com o definitivo amparo legal, merecendo, por isso, a anuência desta Comissão.

Destarte, o parecer é pela aprovação do projeto em epígrafe.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1.977

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Rubens Amazonas Lima.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Henrique Affonso Sturm, ocorrido na cidade de Marechal Cândido Rondon.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Odete Dornellas Sarrão.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à equipe liderada pela Missionária Ursula Wisenmann que, trabalhando já há quase 10 anos entre os Caingangues, apresentou no Ambulatório Indígena Rio das Cobras, o Novo Testamento traduzido na língua da referida tribo, constituída de aproximadamente 1.000 pessoas.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o envio de Mensagem de aumento ao funcionalismo público estadual. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da tribuna, solicitando voto de louvor ao Dr. José Ferreira Heidgger, Engenheiro Chefe do 16o. Distrito Rodoviário do Departamento de Estradas de Rodagem, com sede em Ibaiti, pelo eficiente trabalho que vem desempenhando na cobertura das estradas estaduais, e pelo atendimento que vem dando às prefeituras daquela região.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministro da Agricultura e da Fazenda, contendo reivindicações no sentido de que o Banco do Brasil não mais financie feijão aos intermediários, mas única e exclusivamente ao produtor e às cooperativas.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com o apoio de diversos Srs. Deputados, lido da tribuna, solicitando a convocação do Sr. Secretário das Finanças, no sentido de perante esta Casa, prestar informações sobre assunto relacionado com o Banco do Estado do Paraná.— Em discussão.

O SR. PAULO NACLI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, consubstanciado em pedido de infor-

mações referente a pavimentação asfáltica dos acessos ao trevo rodoviário na Rodovia Oswaldo Pacheco de Lacerda, para a cidade de Cianorte, bem como o acesso à rodovia que liga Cianorte a Rondon, se foram executados com recursos do Estado.— APROVADO.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, tem a palavra V. Exa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. Colocaremos novamente em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci. Os Srs. Deputados que rejeitam o presente requerimento, queiram levantar-se.— (Pausa).

13 Srs. Deputados aprovam; 9 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Concedo a palavra, em Explicações Pessoais ao Sr. Deputado Fuad Nacli. (Pausa) Encontrando-se ausente o Sr. Deputado inscrito, declaro encerrada a presença sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia.

O SR. ENEAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Antes de anunciar a Ordem do Dia, concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENEAS FARIA — Para conhecer a decisão da Mesa, com relação a questão de ordem que levantei, referentemente ao Sr. Secretário de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Com referência a questão de ordem, eminente Deputado, esta Presidência informará: 1o. — que na qualidade de 1o. Vice-Presidente, não se acha em condições de dar uma resposta adequada a V. Exa. E, mesmo porque, o Regimento da Casa nos dá condições para que esses pedidos de informações, com referência a palavra em questão de ordem, caso a Mesa não se ache em condições de responder, na presente sessão, poderá fazê-lo na próxima ou em outra sessão.

Razão pela qual, esta Presidência deixa de dar a informação.

O SR. ENEAS FARIA — Sr. Presidente. Em homenagem a V. Exa., eu aceitaria a justificativa. O Regimento Interno, fixa um prazo, a Mesa pode não decidir da Questão de Ordem de pronto, mas há um prazo regimental para que a Mesa decida. E este prazo não é hoje, ou em outra sessão, há um prazo definido de imediato. Tenho para mim, que esse prazo já esgotou porque a Questão foi formulada na sexta feira passada. Mas em homenagem a V. Exa. eu entenderia que esse prazo começa a se contar na sessão de hoje, aguardando resposta portanto, para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) A Presidência agradece a colaboração do Deputado Enéas Faria, caso o titular não esteja amanhã, esta 1a.-Vice procurará de uma maneira ou de outra, trazer uma solução para o problema.

A Ordem do Dia para a sessão de amanhã, é a seguinte:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 309, 311, 329, 333, 341 à 346 e 349/77.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 136/75.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 93/77.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA NÚMERO 760/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número de

de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário HUGO MENDONÇA SANT'ANA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Accioly Neto, no período compreendido entre 06 de outubro a 31 de dezembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 761/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10279 de 18 de outubro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário HILTON RONALD ALICE, matrícula número 044, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referente ao exercício de 1.977, a partir de 20 de outubro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 762/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10046, de 11 de outubro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar à funcionária YEDA BARBOSA ALVES MENDONÇA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Basílio Zanuso, no período compreendido entre 01 de setembro a 31 de dezembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1.977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 763/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10265, de 18 de outubro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 637/76, do funcionário JOÃO MARTINS SOBRINHO, matrícula 382, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1.977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 764/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9447, de 27 de setembro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária JÚLIA JOLINSKI DE PAULA, matrícula no. 560, ocupante do cargo de nível PL "19", da

Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1.977, a partir de 04 de outubro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 765/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 10343, de 19 de outubro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário LELINGTON LOBO FRANCO, matrícula No. 421, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 30 de setembro de 1977, em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 766/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 10409, de 20 de outubro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária ALAIDE MARIA LOFFHAGEN LUZ, matrícula No. 188, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 17 de outubro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, 24 de outubro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 767/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 9928, de 06 de outubro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

designar, na forma que especifica, os funcionários adiante indicados, da Secretaria desta Assembléia, para prestarem serviços na elaboração do Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1.978:

COORDENADOR GERAL	Antônio Sebastião da Cunha Gebran — Mat. 096
COORDENADOR OPI e OGE.	Aymoré Od Rocha — Mat. 384
	Alberto Carazzai Neto — Mat. 093
SECRETÁRIO CO	Elcy Silva Batista — Mat. 099
DIRETOR DO D.L.	Francisco Dranka Mat. 066
ASSESSORES.	Luiz Antônio Caron — Mat. 301
	Ronaldo Baptista — Mat. 430
	Blumer Bosquilia — Mat. 414
	José Tavares C. Filho — Mat. 101
DATILÓGRAFOS	Ihor Baranhuk — Mat. 453
	Mário Henrique da Cruz — Mat. 148
	Luiz Carlos Molinari — Mat. 090
	Alfredo Presta — Mat. 057
DIAGRAMADORES.	Wilians Romanzini — Mat. 354
	Farid Luiz Guérios — Mat. 480
IMPRENSA	Jair Alves Cordeiro — Mat. 350
	Francisco Bubniack — Mat. 367

Luiz Carlos Monteiro — Mat. 161

PORTARIA Abel Marchioratto — Mat. 230

Antônio Gulbino — Mat. 164

ATENDENTE Jandir Nardin — Mat. 162

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de outubro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 768/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10432, de 29 de outubro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário JONAS DE SOUZA PORTO, matrícula número 514, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classe de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Barbeiro, deste Poder, a partir de março do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de outubro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 769/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

retificar a Portaria número 682/77, para declarar a vigência a partir de 08 de agosto do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de outubro de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 770/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 10342, de 19 de outubro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária DOROTI DA CUNHA WOLKMER, matrícula número 088, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, cinquenta e cinco dias (55) de licença para tratamento de saúde (gestante), a partir de 18 de outubro de 1977, em continuação conforme Portaria do Tribunal de Contas do Paraná, número 497/77.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de outubro de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 771/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 10414, de 20 de outubro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 542/77, da funcionária ALBA LYGIA ARAUJO E GARCIA, matrícula número 111, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de outubro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 772/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10413, de 20 de outubro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

retificar o item II da Portaria número 561/77, de 05 de julho de 1.977, para declarar que a designação do funcionário IVO MACHADO, ora à

disposição deste Poder, é para prestar serviços como Motorista, do Gabinete da 2a. Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de outubro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 773/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10345, de 19 de outubro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

retificar a Portaria número 731/77, de 05 de outubro de 1.977, para declarar que a data da mencionada Portaria é 13 de setembro de 1.977, e não como consta naquele ato.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de outubro de 1.977.

PORTARIA NÚMERO 774/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10492, de 24 de outubro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária CÉLIA MARIA GRACIA HATSCHBACH, matrícula número 260, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 25 de outubro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de outubro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 775/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10511, de 24 de outubro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário ACÁCIO TAQUES DE ARAUJO, matrícula número 054, ocupante do cargo de nível PL"30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.975, a partir de 03 de novembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de outubro de 1.977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 776/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10433, de 20 de outubro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria número 759/77, que designou SEBASTIÃO CORDEIRO DOS SANTOS, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Aragão de Mattos Leão, a partir de 21 de outubro de 1.977;

II — revogar a Portaria número 429/77, que autorizou o referido funcionário a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação de cinquenta por cento, a partir de 21 de outubro de 1.977;

III — designar o funcionário em tela, para prestar serviços no Gabinete da 1a. Secretaria, como Motorista, no período compreendido entre 21 de outubro a 31 de dezembro de 1.977;

IV — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.970, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 1a. Secretaria, a partir de 21 de outubro do corrente ano até 31 de dezembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de outubro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 665/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7989, de 16 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ ANTONIO MAINGUÊ, matrícula número 368, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias referente ao ano de 1.976, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2o. da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, e Parecer 5179 do Gabinete de Assistência Técnica;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da supra citada Lei 6174, do tempo de um (01) ano correspondente ao dobro da licença especial que deixou de usufruir, referente ao primeiro decênio, compreendido entre 09 de maio de 1962 e 19 de fevereiro de 1972, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1965 e 1964 (10) dias, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei 6174, a partir de 24 de janeiro de 1976, data que, em virtude da incorporação correspondente ao seu primeiro decênio e das férias referentes aos anos de 1965 e 1964 (10 dias) contadas em dobro, completou quinze (15) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de outubro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 666/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9559, de 29 de setembro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2o., da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DARCI KLIEMANN, matrícula número 493, ocupante do cargo de nível PL"29", da Série de Classes de Cirurgião Dentista, do Grupo Ocupacional de Odontologia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de outubro de 1.977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 667/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9200, de 20 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de RAUL ZIPPERER, matrícula número 522, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 09 de outubro

de 1.973 a 10 de agosto de 1.977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1.973, 1.974, 1.975 e 1.976, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de outubro de 1.977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 668/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9937, de 06 de outubro de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a JOSÉ CARLOS JANJÃO, matrícula número 559, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 20 de agosto de 1.976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de outubro de 1.977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 669/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10012, de 10 de outubro de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a JÚLIO XAVIER VIANNA, matrícula número 012, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 28 de julho de 1.977, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento, de acordo com o Art. 171, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de outubro de 1.977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário